

INFORMATIVO  
**Interação**

INSTITUTO EUVALDO LODI

CNI  
SESI  
SENAI  
IEL

3  
junho 2005

# De olho no futuro

Produtores dos vales do  
Jequitinhonha e do Mucuri  
aprendem a crescer por si próprios

Edição  
Especial

# Ações para o desenvolvimento

Indústria e governo se unem para promover o progresso regional com base em negócios rentáveis planejados com participação social

O *Projeto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri*, que uniu o Ministério da Integração Nacional (MI) e o IEL, é hoje uma das maiores parcerias público-privadas do País. As ações do projeto visam à formação de tecido produtivo que se torne autônomo em 105 municípios de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. A mesorregião é uma das cinco prioritárias entre 12 escolhidas como foco das ações do MI, por serem as mais pobres e com a pior distribuição de renda no País.

O novo paradigma, que substituiu o velho assistencialismo, baseia-se em dois pilares. De um lado, a intensa participação da comunidade na elaboração do projeto. De outro, ações dirigidas a todos os elos essenciais ao desenvolvimento do setor produtivo: de prospecção de mercado para a escolha dos setores com mais potencial à capacitação de mão-de-obra, passando por assistência técnica para melhoria de produto e processos, crédito, infra-estrutura e estímulo ao empreendedorismo.



“Em vez de planejar em Brasília, partimos do diagnóstico desses aspectos para traçar as ações junto com os agentes locais, num processo coletivo que visa estimular a formação de arranjos produtivos locais (APL)”, explica Carlos Augusto Gadelha, secretário de Programas Regionais do MI. A escolha do IEL como parceiro foi opção natural, pela experiência da entidade nessa área.

A parceria começou em 2003, voltada aos setores de gemas e artefatos de pedra e à produção de cachaça. O projeto foi articulado entre o MI e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Ao IEL coube o diagnóstico dos setores, a mobilização dos agentes locais e a articulação com

outros parceiros, entre os quais se destacam SENAI, Sesi e Sebrae. O Ministério entrou com recursos para a infra-estrutura, como os equipamentos para a escola e os laboratórios do SENAI.

Desde novembro passado, o projeto expandiu-se para a Bahia e o Espírito Santo, englobando os setores de madeira e móveis, piscicultura, fruticultura

e apicultura. O MI já investiu cerca de R\$ 6,4 milhões no projeto, enquanto a CNI, o IEL, as federações de indústrias dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo e o Sebrae aplicaram cerca de R\$ 3,9 milhões.

Esses valores tendem a crescer muito a partir de 2006. É que os 21 Ministérios que desde o ano passado trabalham juntos, sob coordenação da Casa Civil, na Câmara de Desenvolvimento Regional, acabam de estabelecer uma agenda de compromissos para ações nas cinco regiões prioritárias.

“O desenvolvimento regional agora é prioridade de governo e não só do MI. As ações serão mais articuladas e terão mais recursos”, garante Gadelha.

# Quebra de paradigma

O superintendente do IEL Nacional, Carlos Cavalcante, explica por que o *Projeto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri* muda a lógica das políticas de desenvolvimento regional

## O que há de original nesse projeto que o IEL desenvolve em parceria com o Ministério da Integração Nacional nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri?

A parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o IEL marca um novo paradigma das políticas de desenvolvimento regional. De um lado, o governo passou a priorizar a parceria com o setor privado, focando-se em ações voltadas a formar e modernizar o tecido produtivo onde ele é incipiente. A lógica é que desenvolvimento não pode ser pensado sem que se concebam bons negócios e quem entende disso são os parceiros privados.

Por outro lado, o IEL e a CNI, pela primeira vez, investem esforços e recursos em regiões que ainda não desenvolveram uma atividade industrial significativa, promovendo ações voltadas para incrementar o empreendedorismo e a indústria onde são atividades nascentes. A lógica é que a responsabilidade do setor industrial não se resume às empresas existentes, mas também com as que possam surgir e contribuir para o desenvolvimento do País. Esse projeto atende a regiões mais pobres, não contempladas pela política industrial, que prioriza os



FOTO: MIGUEL ÁNGELO

setores capazes de gerar amplos impactos na economia do País. Aqui a preocupação é dar oportunidade de emprego e renda às populações menos favorecidas.

## O foco do projeto são os arranjos produtivos locais (APLs)?

É um trabalho diferente porque não há APLs na região. Os produtores estão dispersos em um vasto território e, muitas vezes, nem há empresas, só uma economia informal. Em alguns casos temos só um potencial de atividade geradora de renda que nós detectamos e queremos estimular, como ocorre com o artesanato com pedras. Mas a lógica do projeto é a mes-

ma do trabalho que o IEL faz com os APLs. Procuramos unir os produtores para que tenham maior força e expressão. Dessa forma, esperamos que melhorem e padronizem seus produtos, para ter qualidade e escala a fim de vender a mercados mais amplos que o local. A união dos produtores também facilita sua articulação com outros agentes locais, estaduais e nacionais – poder público, escolas, entidades. O objetivo é que possam avançar em qualificação de mão-de-obra, melhorias tecnológicas, de qualidade do produto, em desenvolvimento de marca e conquista de novos mercados. É desejável que esse processo gere APLs, mas o objetivo é desenvolver a região.

## Como o projeto é desenhado?

O projeto é decidido, passo a passo, em conjunto com a comunidade local. Apresentamos alternativas e os empresários decidem. Por exemplo, estimulamos a formação de cooperativas, mas há locais em que os produtores preferiram trabalhar em associação. É importante não impor soluções, mas respeitar as demandas e ajudar os agentes locais a se articular para tomar suas próprias decisões, porque se o tecido produtivo for construído dessa forma, depois poderá andar pelas próprias pernas.

# União supera dificuldades

*O Projeto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri facilitou o acesso aos governos de três Estados e mudou a perspectiva dos produtores*



Isnaldo Santos começou a fabricar cachaça há 15 anos, num engenho movido a boi, ao lado do curral. Fermentava o caldo em caixas de madeira, invadidas com frequência por insetos. Pequenas melhorias foram adotadas quando ele conheceu produtores mais modernos, até que, há cinco anos, conseguiu financiamento para construir uma fábrica com novos equipamentos e sistemas de controle dos processos e da qualidade do produto.

Com isso, sua aguardente, que era comercializada só localmente e a granel, por R\$ 1,50 o litro, chega hoje, engarrafada e com marca própria (Tesourinha), às melhores cachaçarias de São Paulo por R\$ 4,20 a garrafa, no atacado. A produção anual passou de 12 mil para 20 mil litros, quase sem aumento do consumo de matéria-prima, já que a nova máquina extrai o dobro de caldo de cana. Além disso, desde que Santos aprendeu a usar bagaço e vinhoto como fertilizantes, o teor de açúcar de sua cana aumentou 12%. Sua marca ganhou no ano passado o prêmio de melhor aguardente da região.

“Deixei de fazer pinga para pinguço e passei a produzir cachaça para apreciadores da bebida”, diz Santos, um dos fundadores, em 1999, da Cachaçaboa, associação de produtores da região de Araçuaí (MG). “Nos unimos para ter assistência do governo para melhorar a qualidade do produto e ter escala para conquistar mercados mais nobres”, explica Heinrich Nikolaus Busselmann, presidente da cooperativa e ex-secretário de Desenvolvimento Sustentável de Araçuaí.

A história ilustra o processo que a parceria entre



**Santos: antes e depois de conseguir financiamento para construir nova fábrica**

**Busselmann: união para  
melhorar produtos e  
conquistar mercados nobres**

o IEL e o Ministério da Integração Nacional (MI) está estimulando com o *Projeto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri*. Iniciado há dois anos, o projeto deu novo impulso à Cachaçaboa, ajudando a transformar a associação numa cooperativa que, neste ano, deve vender sua primeira produção coletiva padronizada. Também atendeu a uma reivindicação histórica da região, instalando ali uma unidade do SENAI para dar cursos e assistência técnica aos produtores de cachaça. A escola funcionará em um edifício cedido pela Cemig, graças a uma parceria feita com o governo de Minas Gerais.

**PADRÃO DE QUALIDADE**

“É uma unidade diferente, focada em formar empreendedores e estimular o associativismo e não em capacitar gente para empregos formais”, explica Edmar de Alcântara, gerente de Educação e Tecnologia do SENAI Minas Gerais.

A escola, a primeira do SENAI no Vale do Jequitinhonha, contará com uma unidade móvel para percorrer os alambiques, fazendo os testes básicos de qualidade e recolhendo amostras para outros. Quando for detectada alguma irregularidade no produto, um técnico do SENAI irá ao alambique ajudar a identificar e resolver o problema, porque a cachaça dos associados só será adquirida pela cooperativa se atender certo padrão de qualidade.

Como o nível de escolaridade é baixo na região, a escola do SENAI



oferecerá também, em parceria com o SESI, telecursos de alfabetização e educação formal para jovens e adultos. “Também traremos orquestras e grupos de teatro, coral e dança para a cidade e levaremos grupos locais para se apresentar em outras regiões”, conta Rosa Santos, gerente de Ação Social do SESI Minas Gerais.

“O projeto é multifacetário porque representa o compromisso

social da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) com o desenvolvimento integral das regiões menos favorecidas”, frisa Robson de Andrade, presidente da entidade.

A nova unidade do SENAI estará a serviço não só da microrregião de Araçuaí, como também dos produtores de todo o Vale do Jequitinhonha. Entre eles, os da cooperativa Pró-Cachaça, sediada na cidade que



**Escola do SENAI:  
reivindicação histórica da  
região finalmente atendida**

leva o nome do vale. Criada há dois anos, a Pró-Cachaça congrega 21 fabricantes, que lutam para ampliar a cooperativa e aumentar a qualidade e quantidade de seu produto. Segundo Franklin de Almeida, vice-presidente da cooperativa, porém, só com a intervenção do IEL é que o processo ganhou velocidade.

“Com muito custo, conseguíamos reunir 17 produtores. Depois que o IEL visitou todos os alambiques, analisando o que cada um precisava para dar um salto de qualidade, quase 60 produtores passaram a vir às reuniões, além de prefeitos e interessados em começar a produzir”, diz Almeida.

Proprietário de uma marca premiada (Vale do Sol) e de um alambique que produz 70 mil litros anuais, Almeida está ansioso por abdicar da marca e entregar toda a produção para a cooperativa ganhar escala e conquistar novos mercados.

“Na única vez em que fui ao exterior fazer contatos para exportar, recebi um pedido de 30 mil litros ao mês, que eu evidentemente não pude atender. Se tivéssemos 1 milhão de li-



**Roseburg: primeira coleção em shopping de São Paulo**

tros hoje, venderíamos tudo”, garante, lembrando que o mercado interno também não pára de crescer.

## FINANCIAMENTOS

Além de capacitação e assistência técnica para que os produtores possam atingir o padrão de qualidade necessário, a Pró-Cachaça precisa de financiamento para se equipar e modernizar os alambi-

ques dos associados. “O crédito é o maior problema, mas agora que o Ministério se envolveu, esperamos que a situação melhore. O IEL já trouxe o Banco do Nordeste (BNB) para conversar conosco”, diz o vice-presidente da cooperativa.

O setor foi escolhido como prioridade do projeto pelo potencial do mercado e pela tradição de qualidade da cachaça de Minas Gerais. Entre 1985 e 1995, a produção de aguardente mineira dobrou, enquanto as exportações brasileiras quase triplicaram. Em 2000, o País vendia o produto para 31 países. Em 2003, para 66.

“E não exportamos a melhor cachaça, que é a de alambique, feita com fermento natural”, diz Sérgio Lourenço, do IEL Minas Gerais, entidade que colabora na elaboração da norma brasileira para cachaça, que deve sair neste ano. “Nosso objetivo é chegar à cachaça certificada.”

A mesma lógica de estimular a agregação local de valor caracteriza as ações do projeto na área de gemas e artefatos de pedra. Minas Gerais responde por 30% da produção mundial de gemas, além de um bom volume de mármore, granitos e similares. A maior parte das gemas, porém, sai do Vale do Jequitinhonha em estado bruto, porque a lapidação local em geral não tem qualidade. É no exterior e em outras regiões que se transforma em jóias de alto valor agregado.

O projeto prevê ações indutoras para melhorar e ampliar a lapidação e a produção de jóias na região, assim como desenvolver artesanato a partir de resíduos da produção de gemas e pedras ornamentais. Para isso, a escola do SENAI de Araçuaí foi equipada com máquinas mo-

**Cachaça e artesanato: projeto estimula a valorização das características locais**



dernas e deve começar a oferecer cursos e assessoria técnica nessas três áreas a partir de agosto, com apoio do Sindicato dos Joalheiros de Minas Gerais.

## OPORTUNIDADE

Há dois anos, o SENAI inaugurou em Teófilo Otoni uma escola com cursos de lapidação e joalheria. Os gêmeos Rosemburg e Rosemberg Alves, dois dos beneficiários, são testemunhas das oportunidades de negócios que surgem quando se aposta na agregação de valor.

Filhos de garimpeiro, eles têm hoje uma lapidação com 40 funcionários e caminham para se tornar joalheiros. “É uma idéia antiga viabilizada pelo curso. Hoje sei avaliar a qualidade de uma jóia, já contratei *designers* e, até o fim do ano, terei minha primeira coleção exposta em um *shopping* de São Paulo”, diz Rosemburg. Sua meta é exportar. Afinal, segundo ele, as jóias dão margem de lucro de 50%, ante os 30% da lapidação.

Tanto no setor de gemas e jóias como no de cachaça, as associações e cooperativas serão assessoradas para criar núcleos de comercialização capacitados para explorar novos mercados.

O balanço geral dos dois primeiros anos do projeto é positivo, a despeito do atraso no cronograma. “O trabalho foi mais lento que o esperado, porque envolver os beneficiários na elaboração de ações é muito difícil numa região viciada no paternalismo e calejada por promessas não cumpridas”, avalia Romário Farney, gerente da Mesovale – a agência criada para gerir o projeto –, expressando opinião unânime entre os envolvidos.

**Trabalho de lapidação: profissionalização conta com apoio do SENAI**



Segundo ele, o mais difícil foi vender a idéia de organizar cooperativas e construir o fórum integrado por produtores, entidades e poder público local, que decide sobre as ações do projeto. “É uma região sem tradição de associativismo, marcada pelo coronelismo, onde os financiamentos públicos sempre acabavam nas mesmas mãos. Foi difícil convencer que dessa vez seria diferente”, diz ele. Em todas as microrregiões, porém, conseguiu-se organizar o fórum.

Maria do Carmo da Silva, a Cacá, ex-prefeita de Araçuaí, fundadora da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha e atual presidente da Mesovale, conta que, superado um certo estranhamento inicial entre as lideranças locais e os que vinham de fora, houve avanços importantes.

Segundo ela, com a entrada do IEL Nacional no projeto, finalmente foi possível começar a pensar o desenvolvimento numa perspectiva mesorregional, rompendo o esquema da luta predatória por recursos. “Ficou muito fácil sentarmos com representantes dos governos dos três Estados envolvidos – que são de partidos diferentes – para negociar, porque o IEL Nacional articula, ajuda a superar as disputas locais”, avalia Cacá.

“As pessoas lá conheciam seu potencial, mas tinham dificuldade em conseguir os meios para explorá-lo, que é o que estamos levando. O projeto rompe o critério de que IEL, SENAI e Fiemg atuam apenas onde há indústria. Aqui trabalhamos para que surja indústria onde só existem potenciais”, frisa Olavo Machado, vice-presidente da Fiemg.

Desde o ano passado, o projeto em Minas Gerais estendeu-se também para os setores de movelaria, apicultura e vestuário.



**Maria do Carmo: com o IEL é possível vislumbrar desenvolvimento na mesorregião**

# Mudança de hábitos

Na Bahia e no Espírito Santo, produtores se organizam para inibir atravessadores

Os apicultores do sul da Bahia estão decididos a acabar com o dinheiro fácil dos atravessadores, que compram mel por R\$ 2 o quilo para embalá-lo e exportar por quatro vezes mais. Eles estão se organizando em cooperativas que irão compartilhar duas unidades coletivas de beneficiamento, além de uma central de vendas.

Com a ajuda do IEL, os apicultores tentarão ampliar as parcerias com as empresas de papel e celulose da região para aumentar a produção em florestas de eucalipto. Estudam também a possibilidade de explorar outros produtos, como a própolis e a geléia real.

Já na microrregião de Itamaraju, também no sul da Bahia, 19 assentamentos do Incra, que produzem frutas para consumo local, consi-

deram a possibilidade de exportar. O IEL propõe-se a construir uma grande *packing house* coletiva e a conseguir treinamento para que os cooperados aprendam a classificar e embalar as frutas segundo as exigências internacionais.

“O IEL rompeu as desconfianças da população local e mostrou a importância da participação e cooperação de todos para o sucesso do projeto”, conta Cláudio Veras, consultor contratado pelo IEL Nacional para coordenar os trabalhos na mesorregião.

## AMPLIAÇÃO

Essas ações fazem parte da ampliação do *Projeto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri* que, desde o ano passado, passou a incluir os setores de apicultura, movelaria, fruticultura e piscicultura, e mais dois Estados – Bahia e Espírito Santo. Até o fim do mês, o IEL deve concluir a última rodada de discussões com as comunidades locais para validar os projetos.

Na região de Eunápolis (BA), onde existem muitas micro e pequenas fábricas de móveis, a proposta é construir, em terreno da prefeitura, um condomínio industrial com modernos

equipamentos para uso coletivo. Ali os pequenos industriais poderão ganhar qualidade e escala de produção, desenvolvendo e fabricando coleções para atender aos hotéis dos pólos turísticos da região.

Em Turmalina (BA), seria montada uma oficina de prototipagem para estudar a melhor maneira de dividir os móveis em módulos, de forma a garantir, além do perfeito acondicionamento na embalagem, uma montagem fácil e segura, imprescindíveis para atingir mercados mais distantes. Um centro de *design* comum também está em discussão.

Na área de piscicultura, o projeto prevê instalar uma fábrica de gelo e uma unidade de beneficiamento de pescado, para atender à comunidade pesqueira de Prado e imediações, hoje totalmente dependente de atravessadores que fornecem o gelo e compram o produto. As duas unidades atenderão também os piscicultores de Itamaraju, que criam tilápia em tanques-rede. Para eles também está prevista a criação de uma unidade de produção de alevinos.

No Espírito Santo, pretende-se ampliar a produção de ostras, desenvolvida anteriormente por um projeto do Sebrae, e instalar uma unidade de beneficiamento para sua lavagem. No estuário de São Mateus, a idéia é ampliar a produção de tilápia em tanques-rede e desenvolver um projeto piloto similar com robalo, peixe mais valorizado no mercado.



FOTO: LIQUIDLIBRARY